

NG 25/03/10
 DOU 7/4/10
 2ª. Fe. DOU
 2ª. Fe. de 15/4/10



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

CONTRATO TRE/PI N.º 08/2010

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ E O CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE.

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 05.957.363/0001-33, situado na Praça Des. Edgar Nogueira, s/n.º, em Teresina (PI), neste ato representado por seu **Secretário de Administração, Orçamento e Finanças, Sr. Sidnei Antunes Ribeiro**, brasileiro, casado, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o n.º 239.482.563-49, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria TRE-PI n.º 417/2006, publicada no Diário da Justiça do Estado do Piauí de n.º 5.601, de 07/04/2006, na sequência designado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 61.600.839/0001-55, estabelecida na Rua Tabapuã, 540, Itaim Bibi, São Paulo-SP, CEP n.º 04.533-0001, representada neste ato pela **Sr Robério Henrique Costa**, brasileiro, casado, exercendo a função de **Gerente Regional – Nordeste**, portador da cédula de identidade RG n.º 1.530.111-88 SSP CE, inscrito no CPF/MF n.º 348.913.583-00, residente e domiciliado à Rua Silva Paulet, 736 – AP. 103 – Meireles, na cidade de Fortaleza - Ceará, aqui designada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES**, conforme os preceitos da Lei n.º 8.666/93, e posteriores alterações, mediante as condições expressas no Procedimento Licitatório n.º 05/2010 – PREGÃO ELETRÔNICO, originado no Processo Administrativo n.º 1298/2009 - COAAD (SADP n.º 20813/2009) e ainda em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de agente de integração para operacionalização de programa de estágio de estudantes nos termos estabelecidos pela lei 11.788/2008.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Do procedimento de seleção de estagiários

✱

R

a) Realizar a seleção para o estágio na modalidade oportunamente requerida pelo TRE/PI, podendo ser uma a cada ano civil ou fração de ano civil, por meio da aplicação de teste seletivo escrito enquanto as demais, caso solicitadas, poderão realizar-se por meio da análise de currículo e/ou entrevista;

b) A seleção escrita será realizada, no que não for contrário aos termos deste projeto, tomando por base os Editais das últimas seleções realizadas pelo próprio TRE/PI (ANEXO I), observando-se como mudança substancial o quadro de provas que será como segue:

NÍVEL	MATÉRIA	Nº. QUESTÕES
SUPERIOR	PORTUGUÊS	30 QUESTÕES
MÉDIO	PORTUGUÊS	30 QUESTÕES

b.1) a seleção nesta modalidade será requerida pela contratante conforme julgada oportuna e como seleção geral, ou seja, para todas as áreas e vagas de estágio oferecidas pela Contratante, ainda que o preenchimento das mesmas ocorra gradualmente durante a validade da seleção;

c) A seleção por meio da análise de currículo e/ou entrevista também será realizada, no que não for contrário aos termos deste projeto, tomando por base os Editais das últimas seleções realizadas pelo próprio TRE/PI (ANEXO I);

c.1) a seleção nesta modalidade será requerida pela contratante conforme julgada oportuna e como seleção específica, ou seja, por área e para vaga(s) de estágio não possível(is) de suprimimento pelo resultado da seleção escrita, ainda que o preenchimento da(s) mesma(s) ocorra gradualmente durante a validade da seleção;

d) As demais regras/critérios para seleção, qualquer que seja a modalidade, deverão ser apresentadas pela contratada para prévia aprovação por parte do TRE/PI e deverá respeitar, sempre, o objetivo de universalizar o máximo possível o acesso à disputa isonômica pelas oportunidades de estágio no TRE-PI;

e) Independente da forma, a contratada obrigar-se-á a divulgar amplamente a seleção, inclusive mantendo o TRE/PI informado sobre as estratégias de divulgação, além de repassar a este as comprovações por ventura requeridas a respeito da execução de tal atividade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Das áreas e das vagas existentes

a) Todos os procedimentos que envolvem a seleção deverão levar em consideração as áreas e vagas de estágio atualmente existentes, conforme quadro abaixo:

ÁREAS DISPONÍVEIS	Nº VAGAS
Direito	14
Informática	05
Ciências Contábeis	02
Administração	01
Comunicação Social	01
Biblioteconomia	01
Engenharia Civil	01
Arquitetura e Urbanismo	01
Técnico em Administração	04
Técnico em Informática	04

QUANTIDADE TOTAL VAGAS	34
-------------------------------	-----------

- b) Alterado o número de vagas por área, o contrato não será onerado em relação aos custos com seleção;
- c) Ocorrendo acréscimo nas áreas de estágio, o contrato não será onerado em face dos custos com seleção;
- d) Depois de realizada a seleção, qualquer que seja a modalidade, a contratada encaminhará ao TRE/PI a relação dos estudantes selecionados, por área e por ordem de classificação, acompanhada de relatório analítico sobre a execução do certame;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Da apresentação do estudante para iniciar o estágio

- a) Na forma demandada pelo TRE/PI, a contratada encaminhará o estudante para realização do estágio, observando, em especial, as seguintes providências:
- a1) ofício de apresentação contendo nome do estudante, área do estágio e classificação obtida na seleção, referência à instituição de ensino conveniada com a qual o estudante mantenha vínculo e outras informações pertinentes;
 - a2) atestado de que o estudante cumpre todos os requisitos legais e editais, em especial a cobertura por seguro contra acidentes pessoais, para realização da atividade de estágio;
 - a3) termo de compromisso devidamente preenchido, sempre em conformidade com a Lei nº 11.788/2008 e minuta de Resolução TRE/PI em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Pelos serviços objeto do presente instrumento, o CONTRATADO receberá do CONTRATANTE a importância total de **R\$ 10.999,00 (dez mil novecentos e noventa e nove reais)**, conforme discriminado na proposta de preços (anexo I).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado da seguinte forma:

a) **Da Contribuição Institucional Mensal** - para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar até o último dia útil de cada mês, nota fiscal/fatura discriminando os serviços efetivamente prestados, levando em conta o número de estagiários e a quantidade de dias de vínculo de cada um, tudo relativo ao mês objeto do pagamento;

a1) A contribuição acima deverá acobertar os eventuais custos com a seleção por meio da análise de currículo e/ou entrevista, prevista na letra “c” do item 3.1 do Termo de Referência.

b) **Do Teste Seletivo** – será efetuado após a apresentação formal do resultado final do concurso com a apresentação do relatório analítico sobre a execução do certame e após a certificação pelo fiscal do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Apresentada no prazo, o TRE/PI efetuará o pagamento da nota fiscal/fatura, após as devidas conferências/certificação, em até 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O CONTRATANTE se reserva o direito de não autorizar o pagamento se, no ato da atestação da nota fiscal/fatura por parte do fiscal do Contrato, este atestar que os serviços foram executados em desacordo com a especificação apresentada.



PARÁGRAFO QUARTO - Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstâncias que impeçam liquidação da despesa, aquela será devolvida para que a empresa providencie as medidas saneadoras.

PARÁGRAFO QUINTO - Nas hipóteses dos parágrafos terceiro e quarto, o prazo para o pagamento iniciar-se-á, após a regularização da situação e a reapresentação da Nota Fiscal/Fatura, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

PARÁGRAFO SEXTO - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e previdenciária, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, atualização monetária ou aplicação de penalidade ao TRE-PI.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO TRE-PI PARA A CONTRATADA

a) Os recursos destinados ao pagamento do auxílio-bolsa e do auxílio-transporte aos estagiários serão transferidos pelo TRE/PI à Contratada, até o quinto dia útil subsequente de cada mês, através de crédito em conta bancária, mediante informação pela contratada do número de estagiários e da quantidade de dias úteis e não-úteis de vínculo de cada um, relativos ao mês objeto do pagamento. Esta última informação será repassada ao TRE/PI até o último dia útil do mês de referência do pagamento.

b) A contratada procederá, quando for devido, à devolução dos valores transferidos a maior referente aos descontos financeiros efetuados em desfavor dos estudantes, após a devida análise das freqüências dos mesmos, até décimo quinto dia útil subsequente de cada mês e, neste mesmo prazo, encaminhará ao TRE-PI o comprovante desta operação, caso a mesma ocorra, relatório de freqüência do mês objeto do pagamento, bem assim comprovação das operações de pagamento do auxílio-bolsa e auxílio-transporte referente há este mesmo mês.



CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO AOS ESTAGIÁRIOS

a) A Contratada deverá efetuar, até o décimo dia útil subsequente de cada mês, o pagamento do auxílio-bolsa e do auxílio-transporte aos estagiários, diretamente em conta bancária em nome do estudante ou de responsável legal, sendo nesta última hipótese apenas para casos excepcionais e expressamente autorizados pelo estagiário, mediante a transferência de recursos efetuada pelo TRE-PI.

b) Eventuais ônus por atraso de pagamento aos estagiários não deverá ser cobrado deste Regional, ficando claro que o TRE/PI não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento, que é de total responsabilidade da Contratada.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

O valor contratado não sofrerá reajuste durante a sua vigência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente do objeto deste CONTRATO correrá à conta do Programa de Trabalho n.º 02.122.0570.2272.0001 – Gestão e Administração do Programa, no Elemento de Despesa n.º 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O CONTRATADO se obriga a:

- a) Realizar todas as atividades para as quais for contratada nos termos precisos da Lei n.º 11.788/2008 e minuta de Resolução TRE/PI em anexo;
- b) Viabilizar e efetivar da forma mais universal possível os convênios com as instituições de ensino a que se refere a Resolução deste TRE/PI sobre a matéria;
- c) Contratar seguro contra acidentes pessoais em favor dos estagiários devendo entregar cópia da **apólice de seguro individual** ao fiscal do contrato no prazo máximo de 30(trinta) dias, da data de assinatura do respectivo contrato;
- d) Operacionalizar todo o procedimento de avaliação a que faça referência a lei 11.788/2008 e minuta de Resolução TRE/PI em anexo, encaminhando a avaliação aos avaliadores, colhendo a ciência do avaliado, encaminhando as mesmas aos destinatários especificados nos instrumentos legais, sem prejuízo de quaisquer outras atividades necessárias ao bom êxito do procedimento em destaque;
- e) Encaminhar ao TRE/PI, semestralmente, o resultado compilado das avaliações, em especial, no tocante ao desempenho do contratante na relação de estágio;
- f) Realizar todos os procedimentos que envolvam o plano de atividades de estágio a que faz referência a Lei n.º 11.788/2008;
- g) Realizar todos os procedimentos que envolvam os relatórios, nos termos referidos na lei 11.788/2008 e minuta de Resolução TRE/PI em anexo;
- h) Acompanhar a manutenção das condições legais da relação de estágio, providenciando a imediata notificação ao Fiscal do Contrato e ao estudante quando da necessidade de finalização do vínculo, fato que será imediatamente concretizado;



i) Efetuar, após o cumprimento pela contratante do disposto na letra “B” do item 5 (cinco), o controle de frequência e horas de estágio realizadas pelos estudantes para fins de elaboração de folha de pagamento do auxílio-bolsa e do auxílio-transporte, bem como para certificação ao final do estágio, devendo ser encaminhado relatório ao Fiscal do Contrato, quando solicitado;

j) Responsabilizar-se pela emissão de declarações e certificados de realização de estágio, contendo dentre outras informações a descrição resumida das atividades do estágio, sem ônus para os estudantes, em prazo não superior a 03 (três) dias úteis contadas da solicitação, que poderá ser formalizada, inclusive, através de e-mail;

j1) nos termos dispostos no subitem acima, serão emitidos até 02(duas) declarações e até 01(um) certificado, a cada período de 06 (seis) meses, por estudante.

j2) A contratada poderá vincular a emissão de declarações e do certificado de realização de estágio à quitação de pendências por parte dos estudantes, inclusive financeiras, desde que devidamente justificadas e com o devido amparo legal.

k) Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

l) Não cobrar do estudante, em nenhuma hipótese, taxa e/ou outras despesas referente às providências administrativas para a realização do estágio, inclusive a seleção, respeitadas as previsões específicas contidas neste documento;

m) Manter à disposição, em horário comercial, na cidade de Teresina, atendimento presencial tanto para os estudantes quanto para o TRE/PI;

n) Manter-se à disposição da fiscalização do TRE-PI em relação às atividades de execução das obrigações deste contrato e de outras legalmente exigíveis, durante todo o interregno do pacto;

o) Manter-se à disposição da fiscalização por parte dos órgãos legalmente incumbidos para tanto;

p) Responder diretamente por todas e quaisquer perdas e danos causados em bens ou pessoas, decorrentes de omissões e atos praticados por seus funcionários e prepostos, bem como originados de infrações ou inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar o Contratante por quaisquer pagamentos que seja obrigado a fazer a esse título, incluindo multas, correções monetárias e acréscimos de mora;

q) Responsabilizar-se pelas obrigações sociais, trabalhistas, encargos previdenciários, inclusive seguro de acidentes de trabalho ou outro necessário, como também o ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir direta ou indiretamente ao TRE/PI ou a terceiros, no exercício de sua atividade.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

a) Solicitar da contratada o encaminhamento de estudantes para estágio, dentre os aprovados na seleção realizada pela mesma e respeitada a ordem de classificação, indicando a área e a quantidade necessária;

b) Encaminhar, mensalmente, até o quinto dia útil de cada mês, as frequências dos estagiários para o devido processamento pela contratada;

c) Informar à contratada por meio de contato e nome de funcionário do seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário,



para orientar e supervisionar os estudantes convocados, além de participar, da forma prevista legal e contratualmente, das etapas de avaliação, relatório e elaboração de plano de atividades;

d) Receber da contratada e devolver à mesma, devidamente assinados, observadas as disposições legais e contratuais pertinentes, todos os documentos relativos à formalização da relação de estágio;

e) Informar à contratada do interesse da contratante na rescisão antecipada de qualquer Termo de Compromisso de estágio para as necessárias providências de finalização da relação de estágio;

f) Manter em arquivo e à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

g) Promover, por intermédio do servidor designado na forma do art. 67 da Lei n.º 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada. A existência de fiscalização da contratante de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da contratada por qualquer serviço mal executado;

h) Efetuar o pagamento à contratada na forma e no prazo estabelecidos no Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência contratual será de 12(doze) meses, a contar do recebimento da Ordem de Serviço a ser emitida pela Coordenadoria de Apoio Administrativo do TRE/PI, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, desde que haja condições e preços vantajosos para o TRE/PI, consoante o inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do contrato deverá observar as determinações da Resolução TRE/PI nº 146/2008 e será efetuada pelo servidor, **Flaviano Leal de Deus**, ou, na sua ausência, pelo Titular da SEDO - Seção de Capacitação e Gestão de Desempenho, conforme indicação do Coordenador da COEDE, devendo ser nomeado pela Administração Superior do TRE-PI nos termos do art. 2º da sobredita Resolução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

É parte integrante deste instrumento contratual o Edital do Procedimento Licitatório nº 05/2010 – Pregão Eletrônico e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses configuradas nos arts. 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos na legislação vigente aplicável à matéria.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente instrumento não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, sem anuência prévia do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá aplicar, mediante publicação no Diário Oficial da União, com exceção da Advertência e da Multa, as seguintes penalidades:

1. Advertência;
2. No caso de infração continuada (que se repete a cada dia), multa administrativa de 1% (um por cento) do valor do contrato por cada dia de descumprimento de obrigação assumida no contrato, até o limite de 20% (vinte por cento);
3. Multa Administrativa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, pela infração de qualquer cláusula do Contrato;
4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por prazo não superior a dois anos;
5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes após decorridos o prazo da sanção aplicada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Se o CONTRATADO não recolher o valor da multa, que eventualmente lhe tenha sido imposta, dentro de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer “jus”.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se o CONTRATADO não possuir mais créditos junto ao TRE-PI, o valor da multa que lhe tenha sido imposta no prazo constante do Parágrafo anterior será acrescido de juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As multas previstas nesta Cláusula não terão caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o CONTRATADO de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

PARÁGRAFO QUARTO - Aplicam-se ao presente contrato as disposições contidas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos do presente instrumento serão dirimidos com aplicação da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como da legislação extravagante aplicável ao caso e dos princípios gerais do direito público.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir questões derivadas deste Contrato, fica nomeado o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

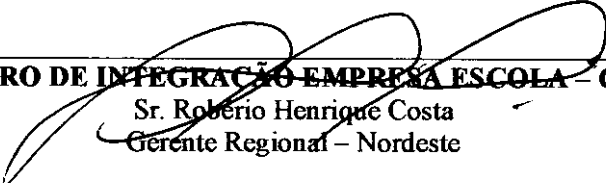


E, por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 04 (quatro) vias e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Teresina (PI), 05 de abril de 2010.


TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Sr. Sidnei Antunes Ribeiro
Secretário de Administração, Orçamento e Finanças


CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE

Sr. Roberio Henrique Costa
Gerente Regional - Nordeste

Testemunhas:


Jussara Marques Rocha Pereira
CPF: 294.591.841-20


Marcelo Veras Araújo
CPF: 515.559.053-15



DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS	
FONE: 85-3466-7777	
FALTO SÓMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE	
Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de:	
[785Un180]-ROBERIO HENRIQUE COSTA....	
Fortaleza, 08 de Abril de 2010-13:17:25	
Em testemunha _____ da verdade.	
JOSE EDINEIDIO DA COSTA SILVA	
ESCREVENTE AUTORIZADO	

ANEXO I – PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE

Rua Tabapuã, 540, Itaim Bibi - Cep. 04.533-0001 - São Paulo-SP
61.600.839/0001-55

Unidade de Operação em Teresina-PI

Av. Campos Sales, 1315 – Centro - Teresina-PI

CNPJ nº 61.600.839/0038-47.

Telefone: 86-3226-2813 Fax: 86-3226-2813 E-mail: roberio@cieesp.org.br

Conta corrente n.º 299370-8 - Banco: Banco do Brasil S.A - Agência: 3336-7

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR TOTAL (R\$)
01	Realização do teste seletivo, conforme especificações do Termo de Referência.	Serviço	2.799,00

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	TAXA DE ADM. UNIT. MENSAL (R\$)	CUSTO ANUAL DE ADMINISTRAÇÃO (R\$) (TAXA ADM. X 34 ESTAGIÁRIOS X 12 MESES)
02	Administração dos estagiários, conforme especificações do Termo de Referência.	Serviço	20,10	8.200,00

A	B	C	D	E
PROponente	Tic. Adm. Unit. Mensal (R\$)	Custo teste seletivo (R\$)	Custo anual de Administração (R\$) (Taxa adm. x 34 estagiários x 12 meses)	Custo Anual (R\$) C + D
	20,10	2.799,00	8.200,00	10.999,00
CUSTO TOTAL – R\$ 19.854,02				

O valor da Proposta de Preço é de R\$ 10.999,00 (dez mil novecentos e noventa e nove reais), sendo: R\$ 2.799,00 (dois mil setecentos e noventa e nove reais) para o teste seletivo e R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais) como custo anual de administração.

Validade da Proposta: 02 dias.

Declaramos que estão incluídos no preço final todos os impostos, taxas, mão-de-obra, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas.

Teresina, 23 de maio de 2010

HELLENY BATISTA CORREIA LIMA COELHO
SUPERVISORA DA UNIDADE